

## **Uma herança pesada**

Como toda a gente sabe, um dos factores que mais condiciona o desenvolvimento económico do nosso país é o baixo qualificação dos recursos humanos. De acordo com a OCDE (Pisa 2003), em Portugal apenas 20% da população entre os 35 e os 44 anos terá concluído o ensino secundário. Essa proporção é a mais baixa num conjunto de 28 países. Por ordem ascendente, acima de Portugal estão a Turquia (25%), o México (26%), a Espanha (48%) e a Polónia (49%).

O facto de a mão-de-obra disponível em Portugal ser, em média, menos qualificada, inevitavelmente condiciona a qualidade do investimento praticável no nosso país e daí também o nível de salários que é economicamente sustentável. Tudo isso se sabe. Como também se sabe que, não sendo, em geral, fácil aumentar o nível de qualificação dos adultos, a Economia Portuguesa está condenada a arrastar consigo ao longo das próximas três décadas uma massa de gente com baixo nível de instrução, que no contexto da Economia Global, dificilmente escapará a uma competição salarial com os trabalhadores de países mais atrasados do que o nosso.

Poder-se-á, no entanto, pensar que nesta matéria as coisas só podem melhorar. Como hoje em dia a grande maioria dos jovens vai à escola e a percentagem daqueles que completam o ensino secundário é cada vez maior, o problema parece poder resolver-se pela própria evolução demográfica. Para que assim fosse, seria, no entanto, necessário que aqueles que hoje frequentam a escola adquirissem níveis de qualificação semelhantes aos que adquirem os seus pares nos países para os quais pretendemos convergir. Ora os dados disponíveis não apontam para tal conclusão.

Para avaliar a eficácia dos sistemas de ensino, a OCDE tem vindo a realizar testes vários junto dos alunos de 15 anos em diversos países. O ultimo teste (Pisa 2003) procurou essencialmente medir a capacidade dos alunos em utilizar a matemática para resolver problemas concretos da vida real. Num conjunto de 40 países, os alunos portugueses ficaram em 30º lugar. À frente da Itália (31º), Grécia (32º), Turquia (34º) e México (37º), atrás de Hong-Kong (1º), a Finlândia (2º), o Japão (6º) e Macau (9º). No que se refere à percentagem de alunos que consegue atingir um nível considerado de excelência, Portugal aparece em 32º lugar.

Esses dados sugerem que o desfasamento entre a qualidade dos recursos humanos em Portugal e na generalidade dos países desenvolvidos se vai continuar a agravar. Isto é, já não chega o facto de em Portugal existir uma larga fatia da população sem a escolaridade mínima e de esse contingente ser engrossado todos os anos pelo elevado abandono escolar. A divergência atinge também os próprios alunos que beneficiam do sistema de ensino e que nele progridem. Se nem esses logram atingir níveis de qualificação equivalentes aos dos seus pares no resto do mundo, qualquer dia até para a China iremos vender produtos de mão de obra barata!

Do ponto de vista da política, naturalmente importa entender o que está errado. Porque razão os nossos alunos aprendem pior as mesmas matérias?

Numa tentativa de explicar as diferenças encontradas, o relatório de Pisa sugere 3 variáveis que captam diferenças socio-económicas: (a) o PIB per capita em paridades de poder de compra; (b) as despesas acumuladas em educação por aluno entre os 6 e os 15 anos de idade; (c) a percentagem da população entre os 35 e os 44 anos (supostamente os progenitores) com pelo menos o ensino secundário.

O relatório de Pisa peca, no entanto, por apenas analisar correlações parciais. Se formos um pouco mais além e averiguarmos como se comporta cada uma dessas três variáveis na presença das restantes, verificamos que apenas uma delas é suficientemente robusta para poder ser alvitrada como explicativa: a que mede nível de educação da geração dos progenitores. Isoladamente, essa variável explica 55% da variância dos resultados obtidos pelos alunos nos testes de matemática.

Numa interpretação estrita, poder-se-ia conjecturar que o problema está nos encarregados de educação, ao não conseguirem transmitir aos seus filhos métodos de trabalho ou os valores essenciais para estes procurarem retirar da escola o maior benefício possível. Mas a geração dos pais é também a geração dos professores e dos dirigentes. Em geral, o nível cultural da Sociedade influencia a forma como as instituições são desenhadas e ajustam as suas práticas às idiossincrasias da comunidade que com elas interage. De uma forma geral, os resultados não são inconsistentes com o princípio mais básico e essencial que há em economia: “as pessoas fazem aquilo que são incentivadas a fazer; aquilo que não incentivadas a fazer não fazem”. Se os nossos alunos aprendem menos, possivelmente é porque o contexto familiar, social e institucional não é de molde a incentiva-los a estudar mais.

Este resultado sugere que a melhoria da qualidade do sistema educativo (ou da sua eficácia) está longe de se resumir a uma questão financeira. Antes aponta para um problema mais profundo, enraizado (ou correlacionado com) o nível de educação dos mais velhos. Como, pela sua natureza, esta variável não pode ser alterada num curto espaço de tempo, isso significa que há uma grande dose de inércia na evolução dos níveis de qualificação. E isso não é bom em matéria de convergência.

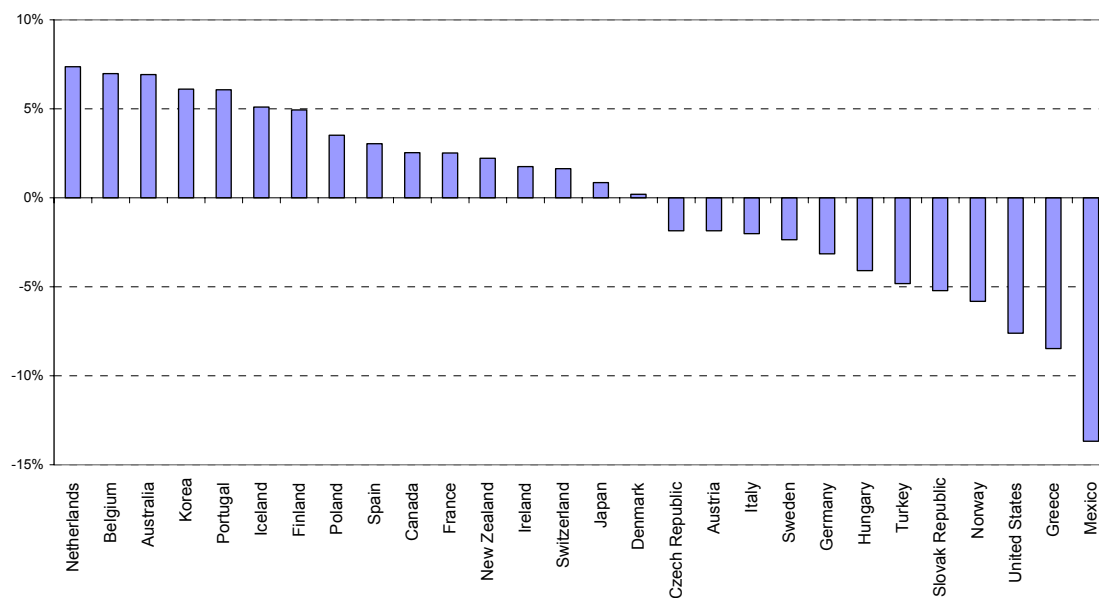
Tal não significa que a política seja irrelevante. Como o contexto educacional não explica tudo, na medida em que a parte não explicada da variância das notas seja atribuível a condicionantes de natureza política, existirá alguma margem de manobra para atenuar os efeitos adversos de uma população iletrada.

Infelizmente, no caso português, os dados apontam para oportunidades limitadas nessa via. A Figura 1 descreve em que medida o desempenho dos alunos de cada país terá excedido ou defraudado o que deles se esperaria, tendo em conta a incidência diferencial do nível de educação dos mais velhos. Os dados revelam que, se controlarmos esse efeito, os alunos portugueses demonstraram um desempenho notável: em 28 países, Portugal aparece em quinto lugar, a seguir à Holanda, Bélgica, Austrália e Coreia do Sul. Isto significa que, no que toca aos restantes 45%, Portugal apresenta já um desempenho bem acima da média. E portanto, será necessária muita criatividade para conseguir fazer melhor...

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro

Figura 1 – Desvio percentual entre a nota de matemática obtida no teste de PISA e a nota que seria esperada, tendo em conta o nível educacional da geração dos progenitores



Fonte: Cálculos próprios efectuados com base em OECD 2004, “Learning from Tomorrow’s World – First results from PISA 2003”.